



Camões: habilidade



Maílson: perplexidade

Fazenda tromba com BC

Desentendimentos entre Maílson e Camões se agravam

BRASÍLIA — Há pouco mais de duas semanas o ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, reuniu em almoço seus principais assessores e os do Banco Central. Falou da preocupação com o aumento do consumo e a necessidade de evitar sua exacerbão, pelos efeitos negativos no controle inflacionário. Os assessores do Ministério da Fazenda ouviram o seu chefe dizer que gostaria de contar com o máximo de sugestões e opções passíveis de serem adotadas pelo governo. Os representantes do Banco Central entenderam, ao contrário, que o assunto estava decidido e tratava-se apenas de formalizar a nova camisa de força no consumo.

Reunida na tarde do mesmo dia, a diretoria do Banco Central aprovou duas medidas nessa direção: a redução dos prazos do crédito direto ao consumidor e o fim do parcelamento das compras com cartões de crédito. No dia seguinte, o ministro da Fazenda ficou perplexo com a decisão da diretoria do Banco Central e determinou que os atos de regulamentação das medidas — que ele considerava ainda em fase de estudos — fossem retirados do *Diário Oficial* para onde já tinham sido encaminhados à publicação.

O episódio é um dos mais vistosos da série de desentendimentos protagonizados

pelo Banco Central e pelo Ministério da Fazenda na condução da política econômica do governo. Mas não o mais recente. Na última quinta-feira, o Banco Central consumou, em circular aprovada por sua diretoria, a suspensão das autorizações para a constituição de Fundos de Investimento em Ouro, criado pelo mesmo Banco Central em meados do mês passado. Na época, Maílson da Nóbrega encontrava-se no exterior e não chegou a aprovar a iniciativa do Fundo Ouro. O resultado foi o recuo formal da diretoria do Banco Central na semana passada, em circunstâncias consideradas desastrosas para a credibilidade da instituição junto ao mercado.

A rigor, o ministro Maílson da Nóbrega e o presidente do Banco Central, Elmo Camões, têm em comum apenas o fato de terem sido escolhidos para os respectivos cargos pelo presidente José Sarney. No mais, divergem no atacado e no varejo. É verdade que a primazia da palavra final, em caso de dúvidas e divergências, tem sido sempre do ministro da Fazenda, uma preponderância insuficiente, entretanto, para excluir definitivamente Elmo Camões do governo.

Escorado na sólida amizade que lhe dedica o presidente Sarney, Camões prossegue intocável no Banco Central, graças também, à sua habilidade em evitar que venham à tona publicamente os fatos cotidianos de seus desencontros com o Ministério da Fazenda. O clima entre as duas áreas é de uma guerra surda, tacitamente mantida, na medida do possível, nos limites dos bastidores.